



**RELATÓRIO RESUMO DE ATIVIDADES DOS
COMITÊS PCJ E SUAS RESPECTIVAS CÂMARAS
TÉCNICAS
2017**

**SITUAÇÃO DA GESTÃO NAS
BACIAS PCJ**

SUMÁRIO

1.1. Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – COMITÊS PCJ..	2
1.2. Em termos práticos	2
1.3. A Estrutura dos Comitês PCJ.....	3
Figura 1: Composição dos Comitês PCJ.....	3
Figura 2: Organograma dos Comitês PCJ.....	4
1.3. A Atuação dos Comitês PCJ em 2017	5
1.4. As Reuniões Plenárias dos Comitês PCJ.....	5
1.4.1. A COMPOSIÇÃO DOS PLENÁRIOS DOS COMITÊS PCJ: COMPARATIVOS ENTRE OS MANDATOS 2015/2017 E 2017/2019.....	7
1.4.2. PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO POR SEGMENTOS NAS GESTÕES 2015/2017 E 2017/2019 (ano de 2017).....	18
Gráfico 1 - Órgãos do Estado de São Paulo	18
Gráfico 2 - Organizações Civas.....	19
Gráfico 3 – Usuários de Recursos Hídricos.....	20
Gráfico 4 – Órgãos do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais.....	21
Gráfico 5 – Municípios com direito a voto	21
1.5. Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ.....	22
1.5.1. CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO.....	22
1.5.1.1. <i>Grupo de Trabalho Empreendimentos – GT-EMPREENDIMENTOS</i>	23
1.5.2. CÂMARA TÉCNICA ÁGUA SUBTERRÂNEAS	24
1.5.3. CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	25
1.5.4. CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS	25
1.5.5. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA	26
1.5.6. CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO	27
1.5.7. CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS	28
1.5.8. CÂMARA TÉCNICA DE PLANO DE BACIAS	29
1.5.9. CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	30
1.5.10. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL.....	31
1.5.11. CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO.....	32
1.5.12. CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL	33
1.5.13. AS CÂMARAS TÉCNICAS* EM NÚMEROS:	34
Tabela 1: Relação de Câmaras Técnicas (CTs), entidades participantes e membros: comparativo entre as gestões 2015/2017 e 2017/2019	34
Tabela 2: Quantidade de membros e entidades participantes nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ.....	34
Gráfico 6 – Membros das Câmaras Técnicas por gênero – gestão 2017/2019	34

1.1. Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – COMITÊS PCJ

Seu objetivo é promover debates e estabelecer metas e ações para o ideal gerenciamento dos recursos hídricos compreendidos em sua área de abrangência. Para tanto, é fundamental que os Comitês PCJ ajam da forma como vêm sendo feito: integrados, sem discrepâncias em relação aos níveis qualitativos ou quantitativos das respectivas bacias.

Buscando sempre a convergência das decisões desses colegiados, como forma de garantir o desenvolvimento e a continuidade da gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, a gestão é descentralizada e participativa. Entre outros pontos relevantes que marcam a história dos Comitês PCJ, está a forte participação da comunidade que pode se integrar aos Comitês por meio de suas 12 Câmaras Técnicas.

1.2. Em termos práticos

Mas, o que de prático se discute nos Comitês de Bacias?

A resposta é: toda e qualquer ação, proposta ou projeto que verse sobre o bom uso, preservação e manutenção de infraestrutura ligada à captação e abastecimento de recursos hídricos. Outro aspecto importante é que participam desses Comitês representantes dos poderes públicos, de usuários de recursos hídricos das bacias hidrográficas e representantes das comunidades.

Os Comitês das Bacias PCJ permitem a descentralização das tomadas de decisões pelos governos federal e estaduais de São Paulo e Minas Gerais; seus membros se reúnem três ou quatro vezes ao ano para discutir e decidir sobre as questões relativas à gestão e aos usos múltiplos dos recursos hídricos na sua área de atuação, além de dar prioridades na aplicação de recursos financeiros oriundos das Cobranças pelo Uso dos Recursos Hídricos e do Fehidro, no estado de São Paulo.

Os Comitês de Bacias não possuem personalidade jurídica, portanto, não têm CNPJ, bens e funcionários, utilizando estruturas físicas e equipe técnica de seus membros (órgãos estaduais, municipais, ONGs etc.) por meio das Câmaras Técnicas. Trata-se de um colegiado com caráter deliberativo e que tem seu Plano de Bacia como o grande instrumento de gestão onde constam as ações a serem executadas, os respectivos custos e prazos.

Os comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da União possuem a seguinte composição: representantes do poder executivo federal, estaduais e municipais (máximo 40%); representantes dos usuários (40%); e representantes de organizações civis (mínimo 20%). A composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas de rios de domínio estadual é regulamentada pelas respectivas leis de cada estado. No estado de São Paulo, os Comitês de Bacia são tripartites, sendo: poder executivo estadual (1/3); poderes executivos municipais (1/3) e sociedade civil (1/3). O segmento da sociedade civil é dividido entre os usuários, ONGs universidades, sindicatos e associações técnicas. Em Minas Gerais, os Comitês de Bacias possuem quatro segmentos com igual número de votos: poder executivo estadual (1/4); poder executivo municipal (1/4); usuários de recursos hídricos (1/4) e organizações civis (1/4). Os Comitês PCJ, por representarem um conjunto

de três Comitês de Bacias (CBH-PCJ, PCJ Federal e CBH-PJ) possuem um plenário diferenciado e integrado, decorrente da composição dos plenários de cada um desses Comitês.

1.3. A Estrutura dos Comitês PCJ

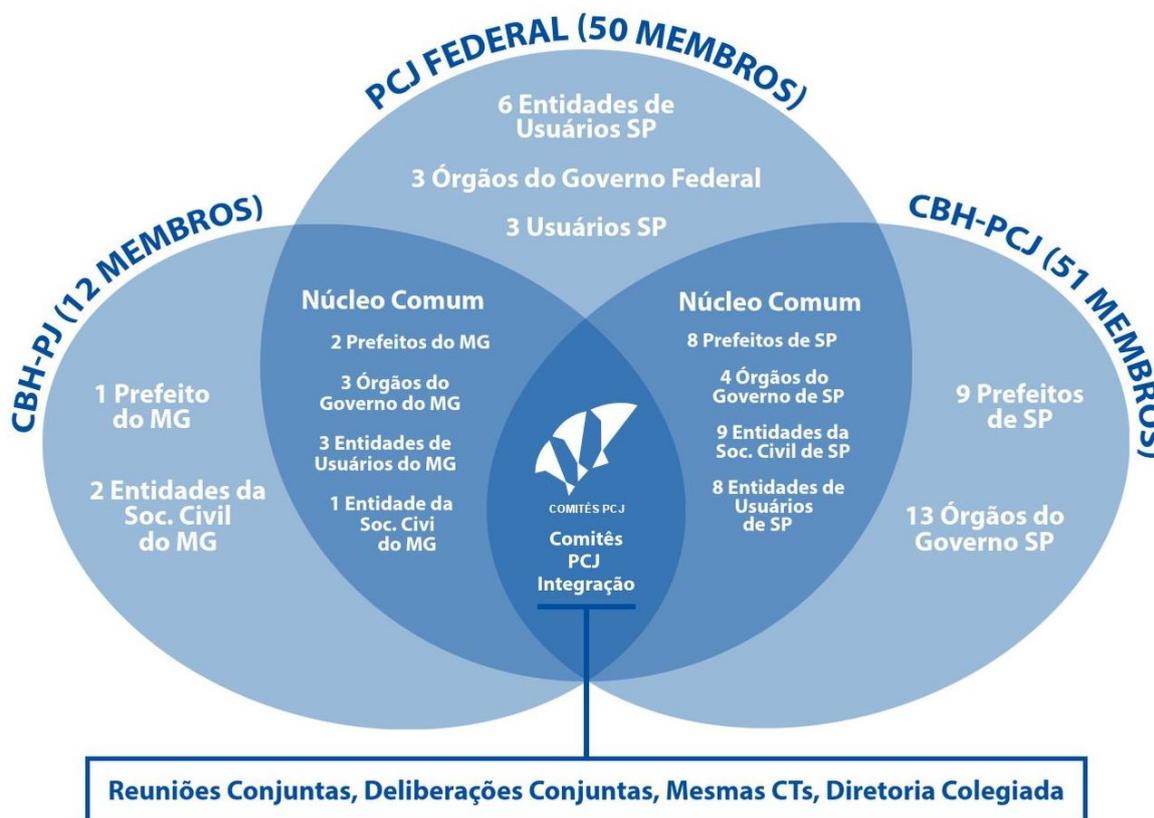
Os Comitês PCJ apresentam em sua estrutura, conforme mostra a Figura 1, seus respectivos plenários (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ), que trabalham de forma integrada e é a instância máxima deste colegiado para a tomada de decisões sobre a gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ. A diretoria é integrada para os 3 Comitês (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ).

A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, atua como instância preliminar na apreciação de programas de ação, financiamentos e assuntos de interesse regional e na proposição para a priorização de projetos, obras e ações voltados a gestão dos recursos hídricos.

A estrutura dos Comitês PCJ conta com mais 11 Câmaras Técnicas, que subsidiam as decisões dos plenários, em particular os trabalhos das próprias câmaras, grupos técnicos e da secretaria executiva no âmbito das Bacias PCJ.

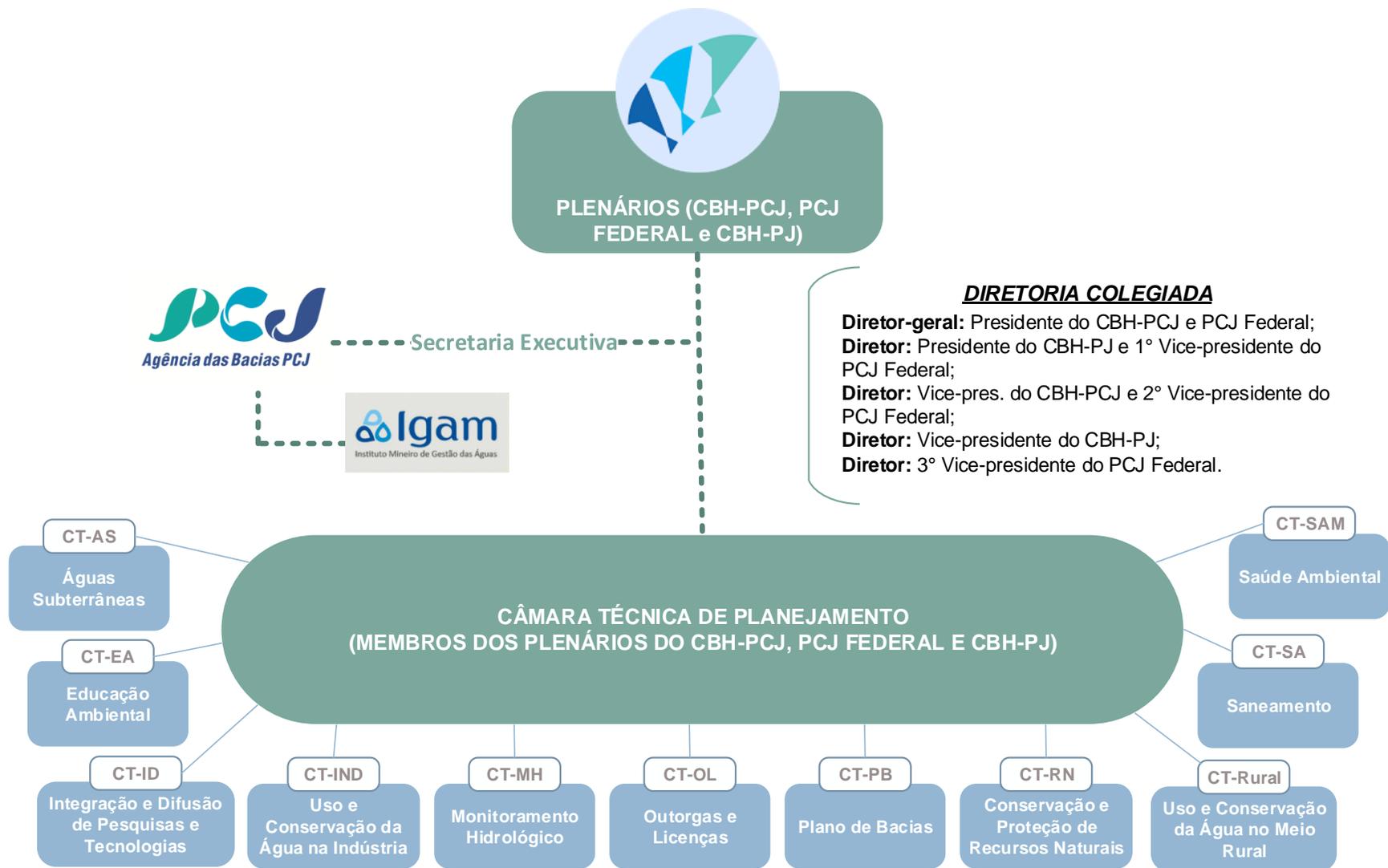
A Fundação Agência das Bacias PCJ, exerce o papel de Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira dos recursos arrecadados com as Cobranças PCJ e Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - FEHIDRO.

Figura 1: Composição dos Comitês PCJ



Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

Figura 2: Organograma dos Comitês PCJ



Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

1.3. A Atuação dos Comitês PCJ em 2017

Os Comitês PCJ vêm trabalhando na gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, aperfeiçoando, a cada ano, o conjunto de procedimentos que fornece as diretrizes gerais, subsidiando assim as tomadas de decisões e gerenciando os conflitos dentro de sua unidade hidrográfica.

1.4. As Reuniões Plenárias dos Comitês PCJ

São realizadas, em média, três reuniões anuais da instância máxima nas Bacias PCJ, que são as chamadas plenárias dos Comitês PCJ. Estas, se configuram como as principais orientadoras para a implantação de um processo decisório participativo a fim de assegurar benefícios para toda a coletividade.

Confira, abaixo, quadro com data e local de realização das duas Reuniões Ordinárias dos Comitês PCJ, realizadas em 2017.

Data	Município
31 de março	Piracicaba (SP)
11 de agosto	Holambra (SP)
15 de dezembro	Nova Odessa (SP)

Essas reuniões marcaram a análise, aprovação e ratificação de pontos importantes discutidos no âmbito dos Comitês PCJ, que foram:

- Posse de membros, eleição da diretoria colegiada e recomposição da Câmara Técnica de Planejamento para o mandato 2017-2019;
- Relatório Anual da Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2017, ano-base 2016;
- Critérios e cronograma para indicação de empreendimentos para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro e das Cobranças PCJ, orçamento de 2018;
- Referenda do Parecer Técnico do GT-Empreendimentos sobre Modernização da Refinaria de Paulínia, referente aos termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 58, de 12 de dezembro de 2006;
- Apreciação de novos prazos para que empreendimentos indeferidos no processo de pré-qualificação do exercício de 2017 possam complementar a documentação faltante, a fim de permanecerem no processo de hierarquização de empreendimentos;
- Referenda à indicação de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, mandato 2017/2019;
- Indicação do Diretor-presidente e Diretores Técnico e Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ;
- Aprovação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária da Fundação Agência das Bacias PCJ para o exercício 2018;

- Aprovação da indicação de representantes dos Comitês PCJ para atendimento ao § 6º do Art. 5º da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925 de 29 de maio de 2017; e extinção o GT-Cantareira;
- Encaminhamentos sobre a revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010 a 2020;
- Regras para pagamento de despesas para participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões internas e externas à sua área de atuação, em território nacional;
- Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, biênio 2017-2019;
- Atualização da “Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ”;
- Cronograma e regras para seleção de propostas de Demanda Induzida no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, visando à contratação no âmbito do PAP-PCJ 2017-2020, com recursos da Cobranças PCJ federal pelo uso dos recursos hídricos;
- Aprovação do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 003/ANA/2011, celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

1.4.1. A COMPOSIÇÃO DOS PLENÁRIOS DOS COMITÊS PCJ: COMPARATIVOS ENTRE OS MANDATOS 2015/2017 E 2017/2019:

A cada dois anos, no final do mês de março, os plenários dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) se renovam e a cada mandato sua composição se modifica em representações de entidades. Atentamos, para o fato de que as participações de entidades e membros do CBH-PJ estão contabilizadas nos biênios informados, porém, devido a legislação mineira, os mandatos se renovam a cada quatro anos.

Quadro 1 – Órgão do Estado de São Paulo – Gestão 2017/2019

Vaga	Membro Titular	Membro Suplente
01	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
02	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
03	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
04	Secretaria de Estado da Saúde	Secretaria de Estado da Saúde
05	Secretaria de Estado da Fazenda	Secretaria de Estado da Fazenda
06	Secretaria de Logística e Transportes	Secretaria de Logística e Transportes
07	Secretaria de Estado da Segurança Pública - 4ª Companhia de Polícia Ambiental	Secretaria de Estado da Segurança Pública - 4ª Companhia de Polícia Ambiental
08	Secretaria de Planejamento e Gestão	Secretaria de Planejamento e Gestão
09	Secretaria de Desenvolvimento Social	Secretaria de Desenvolvimento Social
10	Secretaria de Estado de Energia	Secretaria de Estado de Energia
11	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Secretaria de Estado da Educação
12	Secretaria de Estado do Turismo	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
13	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - Codasp	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - Codasp
14	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp
15	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb
16	Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE
17	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

* Vagas estabelecidas conforme o Estatuto do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ), aprovado pela Deliberação CBH-PCJ nº001/93, de 18/11/93, e com última alteração aprovada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 155/12, de 14/12/12.

Quadro 2- Organizações Civas - Gestão 2017-2019

I - Sindicatos de Trabalhadores, Associações Técnicas Não-Governamentais e Comunitárias

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Rotary Club Rio Claro "Cidade Azul"	Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Salto - AEAAS	SP	X	X
2	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	Associação dos Engenheiros da Sabesp - AESabesp	SP	X	X
3	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	Fórum das Américas	SP	X	X
4	Associação dos Engenheiros de Jundiaí	Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira - AEAN	SP	X	X

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Engenheiros da SABESP - AESabesp	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	SP	X	X
2	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	Associação dos Engenheiros da SABESP - AESabesp	SP	X	X
3	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	Fórum das Américas	SP	X	X
4	Associação dos Engenheiros de Jundiaí - AEJ	Associação dos Engenheiros da SABESP - AESabesp	SP	X	X
5	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira - AEAN	SP	X	X
6	Fórum das Américas	Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos da Região de Amparo - AAEEA	SP	X	X

Quadro 3- Organizações Civas - Gestão 2015-2017

I - Sindicatos de Trabalhadores, Associações Técnicas Não-Governamentais e Comunitárias

Quadro 4 - Organizações Civas - Gestão 2017-2019

II - Entidades Ambientalistas

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí - IPSA	Instituto de Estudos Vale do Tietê - INEVAT	SP	X	X
2	Instituto de Estudos Vale do Tietê - INEVAT	Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí - IPSA	SP	X	X
3	Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade - AAMHOR	Sociedade de Preservação do Meio Ambiente - Suprema	SP	X	X
4	Sociedade de Preservação do Meio Ambiente - Suprema	Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade - AAMHOR	SP	X	X

Quadro 5 - Organizações Civis - Gestão 2015-2017

II - Entidades Ambientalistas

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí - IPSA	Instituto de Estudos Vale do Tietê - INEVAT	SP	X	X
2	Instituto de Estudos Vale do Tietê - INEVAT	Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí - IPSA	SP	X	X

Quadro 6 - Organizações Civis - Gestão 2017-2019

III - Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí - CONIRPI	SP	X	X

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí - Consórcio Piraí	SP	X	X

V - Organizações Civas Voltadas à Proteção do Meio Ambiente ou Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Atrativos do Salto	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	MG	X	X
2	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana - BLOSS	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - Sindagua	MG	X	
3	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	MG	X	

IV - Organizações Civas Voltadas à Proteção do Meio Ambiente ou Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Atrativos do Salto	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes	MG	X	X
2	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana - Bioss	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - Sindagua	MG	X	
3	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	MG	X	

Quadro 7 - Organizações Civas - Gestão 2015-2017

III - Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas

Quadro 8 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2017-2019

I - Abastecimento de Água e Lançamento de Efluentes Urbanos

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	SP		X
2	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	SP		X
3	Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - CODEN	Departamento de Água e Esgoto de Americana - DAE	SP		X
4	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	SP		X
5	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	SP	X	X
6	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	SP	X	X
7	Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON	Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON	SP	X	X

Quadro 91 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2015-2017

I - Abastecimento de Água e Lançamento de Efluentes Urbanos

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	SP		X
2	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	SP		X
3	Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - CODEN	Departamento de Água e Esgoto de Americana - DAE	SP		X
4	Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	SP		X
5	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	SP	X	X
6	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	SP	X	X

Quadro 10 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2017-2019

II - Indústrias, Comércio, Prestadores de Serviços e Mineração

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Santa Bárbara d'Oeste	SP	X	X
2	União da Agroindústria Canaveira do Estado de São Paulo - UNICA	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Americana	SP	X	X
3	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Jundiá	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Indaiatuba	SP		X
4	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Campinas	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Bragança Paulista	SP		X
5	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Piracicaba	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Rio Claro	SP		X
6	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Limeira	Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo - SIFAESP	SP		X
7	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Santa Bárbara d'Oeste	Sindicato da Indústria da Fabricação de Açúcar no Estado de São Paulo - SIAESP	SP	X	X

Quadro 11 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2015-2017

Quadro 12 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2017-2019

III - Irrigação e Uso Agropecuário

II - Indústrias, Comércio, Prestadores de Serviços e Mineração

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Santa Bárbara d'Oeste	SP	X	X
2	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Limeira	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Americana	SP	X	X
3	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Jundiá	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Indaiatuba	SP		X
4	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Campinas	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Bragança Paulista	SP		X
5	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Piracicaba	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp - DR Rio Claro	SP		X
6	União da Agroindústria Canaveira do Estado de São Paulo - Única	Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo - Sindareia	SP		X

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato Rural de Campinas	Sindicato Rural de Limeira	SP	X	X

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
2	Sindicato Rural de Rio Claro	Sindicato Rural de Indaiatuba	SP	X	X
3	Sindicato Rural de Amparo	Sindicato Rural de Bragança Paulista	SP		X

IV - Vaga Preenchida nos Termos do Artigo nº 47 do Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 254/2016, de 11 de novembro de 2016

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba - Afocapi	SP	X	X

Quadro 13 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2015-2017

III - Irrigação e Uso Agropecuário

Quadro 14 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2017-2019

V - Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato Rural de Campinas	Sindicato Rural de Limeira	SP	X	X
2	Sindicato Rural de Rio Claro	Sindicato Rural de Indaiatuba	SP	X	X
3	Sindicato Rural de Monte Mor	Sindicato Rural de Salto	SP		X

IV - Hidroviário, Turismo, Lazer, Pesca e Outros Usos não Consuntivos

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba - GRUDE	Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba - GRUDE	SP	X	X

V - Vaga Preenchida nos Termos do Artigo nº 33 do Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 205/2014, de 08 de agosto de 2014

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba - Afocapi	SP	X	X

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	MG	X	X

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
2	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	MG	X	X
3	Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva - SINMEC	Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema	MG	X	X

V - Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa	MG	X	X
2	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg	MG	X	X
3	Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva - Sinmec	Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema	MG	X	X

Quadro 15 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2015-2017

Quadro 16 - Órgão do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais - Gestão 2017-2019

I - Órgãos e Entidades da União

Vaga	Titular	Suplente
1	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente

Vaga	Titular	Suplente
2	Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
3	Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional

II - Órgãos e Entidades do Governo do Estado de Minas Gerais

Vaga	Titular	Suplente
1	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam
2	Instituto Estadual de Florestas - IEF	Polícia Civil de Minas Gerais
3	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Quadro 17 - Órgão do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais - Gestão 2015-2017

I - Órgãos e Entidades da União

Vaga	Titular	Suplente
1	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente

Quadro 18 - Municípios paulistas com direito a voto - Gestão 2017-2019

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Piracicaba	Prefeitura Municipal de Rio Claro
2	Prefeitura Municipal de São Pedro	Prefeitura Municipal de Charqueada

Vaga	Titular	Suplente
2	Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
3	Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional

II - Órgãos e Entidades do Governo do Estado de Minas Gerais

Vaga	Titular	Suplente
1	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam
2	Instituto Estadual de Florestas - IEF	Polícia Civil de Minas Gerais
3	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
3	Prefeitura Municipal de Cosmópolis	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
4	Prefeitura Municipal de Limeira	Prefeitura Municipal de Itacemópolis
5	Prefeitura Municipal de Bragança Paulista	Prefeitura Municipal de Jundiá
6	Prefeitura Municipal de Itirapina	Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes
7	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse	Prefeitura Municipal de Amparo

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
8	Prefeitura Municipal de Holambra	Prefeitura Municipal de Mogi Mirim
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PCJ	Suplente no Plenário do CBH-PCJ
9	Prefeitura Municipal de Nova Odessa	Prefeitura Municipal de Americana
10	Prefeitura Municipal de Rio das Pedras	Prefeitura Municipal de Capivari
11	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Rafard
12	Prefeitura Municipal de Ipeúna	Prefeitura Municipal de Mairiporã
13	Prefeitura Municipal de Salto	Prefeitura Municipal de Itu
14	Prefeitura Municipal de Campinas	Prefeitura Municipal de Valinhos
15	Prefeitura Municipal de Louveira	Prefeitura Municipal de Cabreúva
16	Prefeitura Municipal de Torrinha	Prefeitura Municipal de Dois Córregos
17	Prefeitura Municipal de Atibaia	Prefeitura Municipal de Piracaia

Quadro 19 - Municípios paulistas com direito a voto - Gestão 2015-2017

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Piracicaba	Prefeitura Municipal de Piracicaba
2	Prefeitura Municipal de Holambra	Prefeitura Municipal de Jaguariúna
3	Prefeitura Municipal de Atibaia	Prefeitura Municipal de Vargem

Quadro 20 - Municípios mineiros com direito a voto - Gestão 2017-2019

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
4	Prefeitura Municipal de Capivari	Prefeitura Municipal de Americana
5	Prefeitura Municipal de Valinhos	Prefeitura Municipal de Indaiatuba
6	Prefeitura Municipal de São Pedro	Prefeitura Municipal de Dois Córregos
7	Prefeitura Municipal de Pedreira	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
8	Prefeitura Municipal de Jundiá	Prefeitura Municipal de Várzea Paulista
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PCJ	Suplente no Plenário do CBH-PCJ
9	Prefeitura Municipal de Rafard	Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista
10	Prefeitura Municipal de Campinas	Prefeitura Municipal de Campinas
11	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Cosmópolis
12	Prefeitura Municipal de Salto	Prefeitura Municipal de Elias Fausto
13	Prefeitura Municipal de Itu	Prefeitura Municipal de Cabreúva
14	Prefeitura Municipal de Morungaba	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse
15	Prefeitura Municipal de Rio Claro	Prefeitura Municipal de Analândia
16	Prefeitura Municipal de Louveira	Prefeitura Municipal de Piracaia
17	Prefeitura Municipal de Limeira	Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
2	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Prefeitura Municipal de Extrema
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PJ	Suplente no Plenário do CBH-PJ

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
3	Prefeitura Municipal de Itapeva	Prefeitura Municipal de Toledo

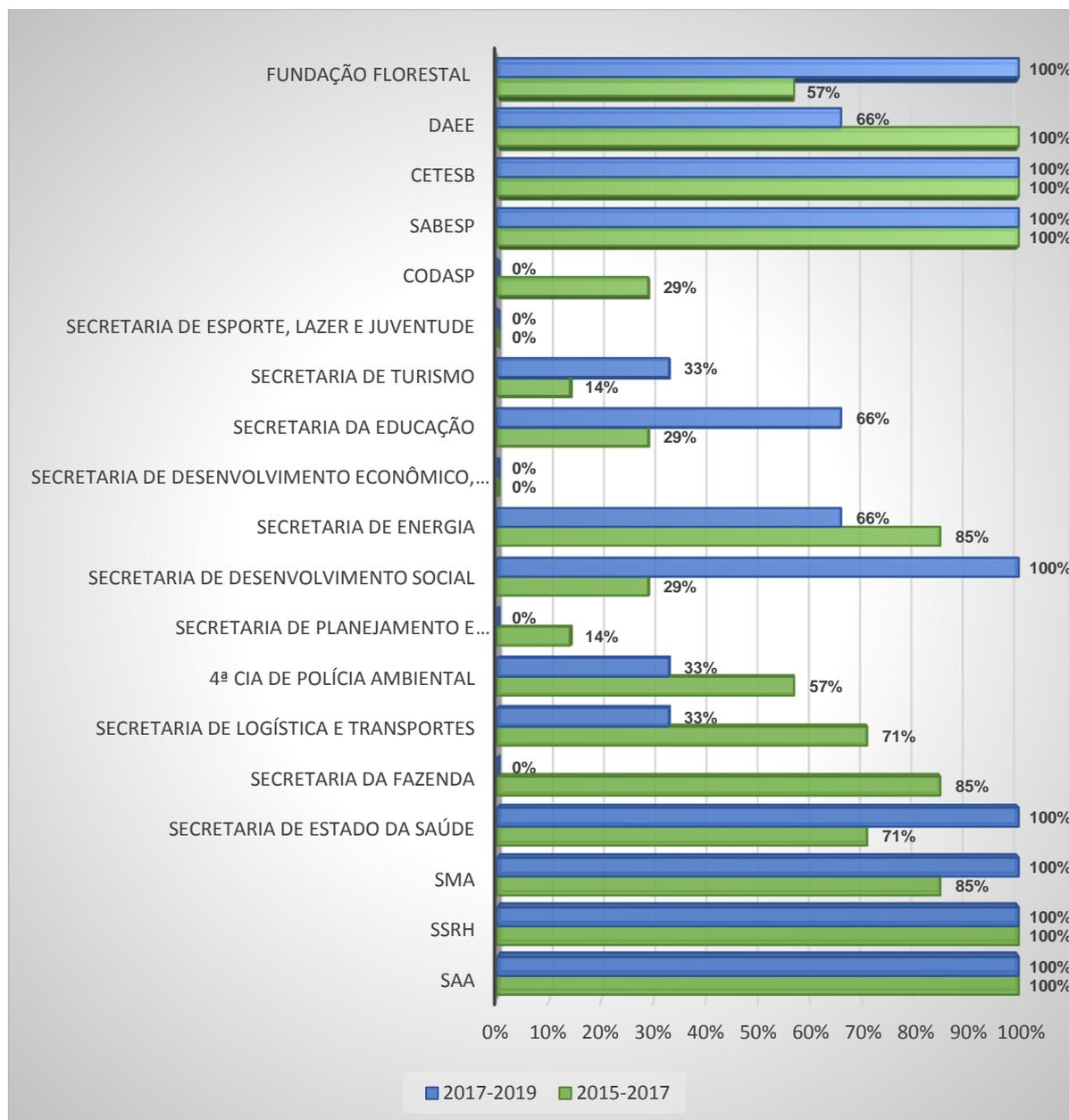
Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
2	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Prefeitura Municipal de Extrema
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PJ	Suplente no Plenário do CBH-PJ
3	Prefeitura Municipal de Itapeva	Prefeitura Municipal de Toledo

Quadro 21 - Municípios mineiros com direito a voto - Gestão 2015-2017

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim

1.4.2. PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO POR SEGMENTOS NAS GESTÕES 2015/2017 E 2017/2019 (ano de 2017)

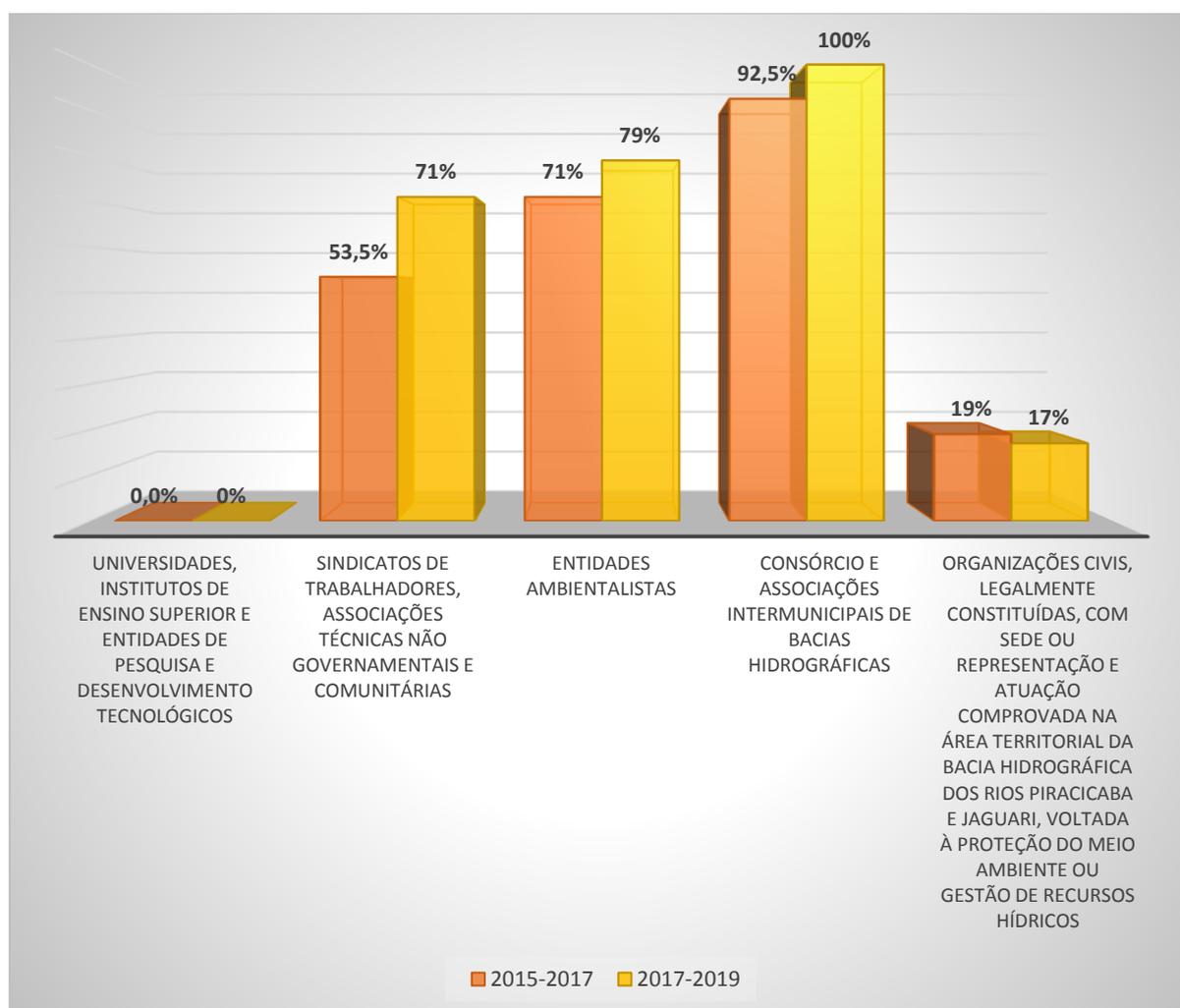
Gráfico 1 - Órgãos do Estado de São Paulo



Nota

Comparativo de participações nos plenários dos Comitês PCJ nos mandatos 2015/2017 e 2017/2019 pelo segmento órgãos de governo paulista. No primeiro ano do mandato de 2017-2019 podemos observar um acréscimo na participação de algumas secretarias.

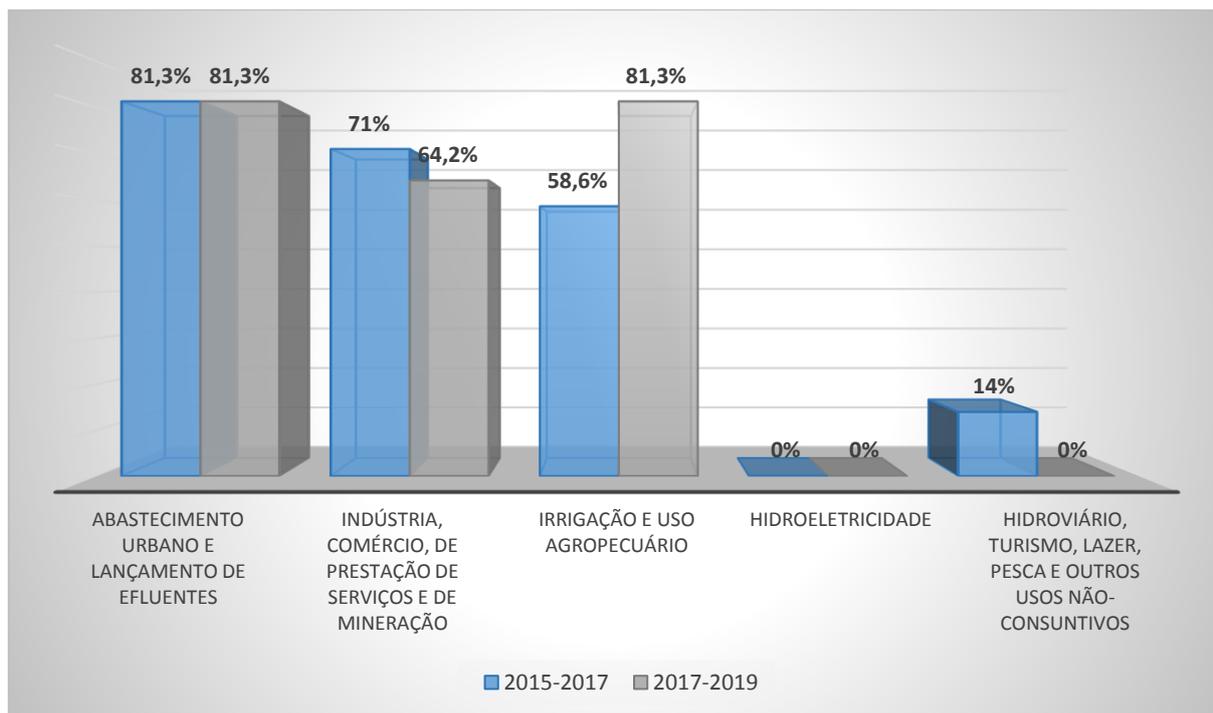
Gráfico 2 - Organizações Civis



Nota

Comparativo de participações nos plenários dos Comitês PCJ referentes aos mandatos 2015/2017 e 2017/2019 pelo segmento organização civil (paulistas e mineiros) nota-se um acréscimo na participação de entidades no primeiro ano do mandato vigente. Entretanto, ressalta-se a ausência de representatividade do setor universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de caráter privado. Dessa forma as vagas destinadas aos mesmos foram preenchidas nos termos do Art. 57 do Anexo II da Deliberação Comitês PCJ nº 254/16, 11/11/2016.

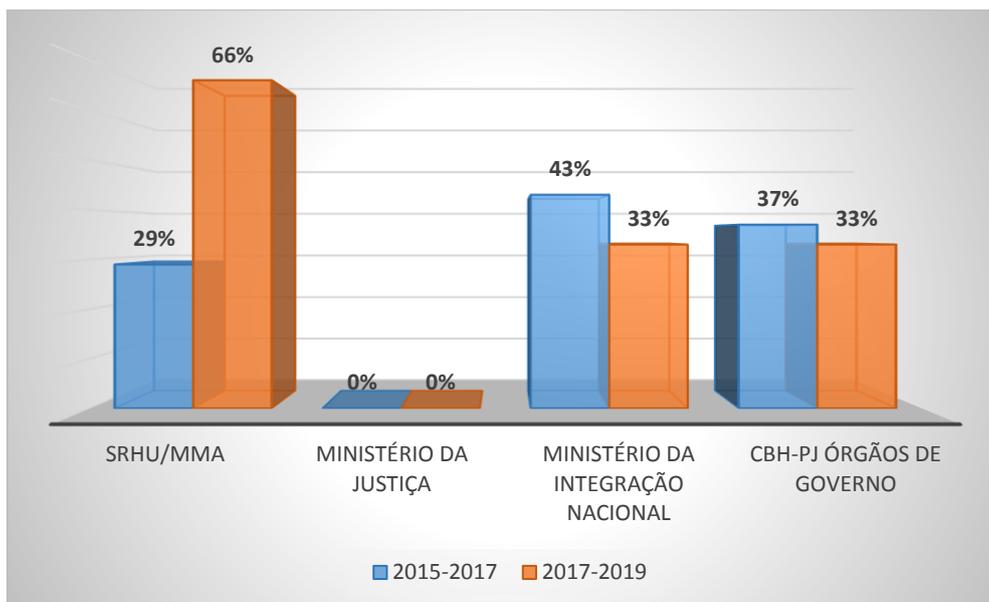
Gráfico 3 – Usuários de Recursos Hídricos



Nota

Neste gráfico é apresentada a participação do segmento usuários de recursos hídricos (paulistas e mineiros) nos plenários dos Comitês PCJ, nos mandatos 2015-2017 e 2017-2019. Verifica-se uma participação do referido segmento no primeiro ano da gestão 2017-2019 de forma contínua, com destaque ao setor de irrigação, que aumentou sua presença nas reuniões plenárias dos Comitês PCJ. Entretanto, vale informar que o setor hidroeletricidade não obteve representação nos dois mandatos mencionados e o setor hidroviário, turismo, lazer, pesca e outros usos não consuntivos no mandato 2017-2019. Ressaltamos que as vagas destinadas aos mesmos foram preenchidas nos termos do Anexo I da Deliberação Comitês PCJ nº 205/2014, 08 de agosto de 2014 e nos termos do Anexo II da Deliberação Comitês PCJ nº 254/16, 11/11/2016.

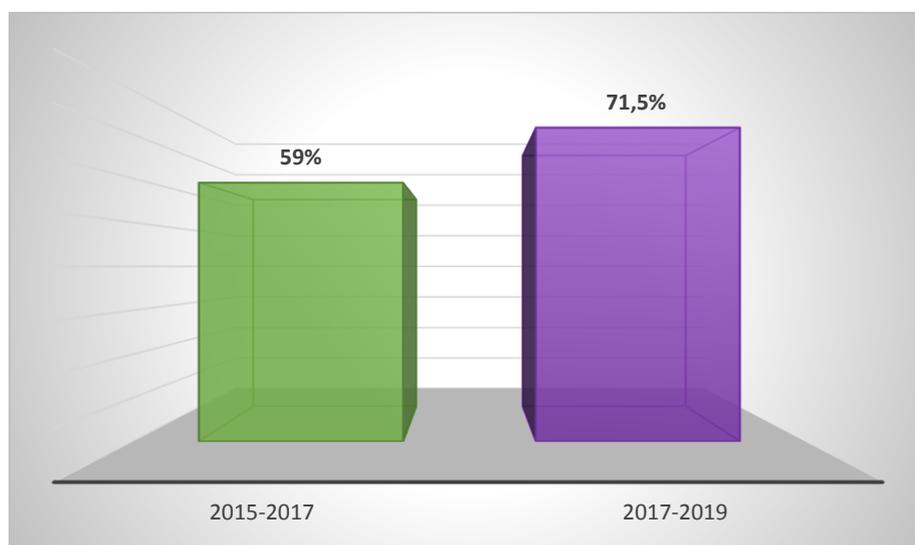
Gráfico 4 – Órgãos do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais



Nota

O gráfico apresenta a participação do segmento órgãos de governo federal e estadual mineiro nos plenários dos Comitês PCJ, nos mandatos 2015-2017 e 2017-2019. Podemos observar que ocorreu um leve decréscimo na participação dos respectivos órgãos, além de um aumento considerável no comparecimento da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (antigo SRHU/MMA) nas reuniões plenárias dos Comitês PCJ.

Gráfico 5 – Municípios com direito a voto



Nota

Este gráfico ilustra a participação do segmento municípios com direito a voto (paulistas e mineiros), nos plenários dos Comitês PCJ nos mandatos 2015/2017 e 2017/2019, apresentando um acréscimo da participação deste segmento em relação ao mandato anterior.

Ressaltamos que todos os municípios das Bacias PCJ são membros natos, porém, para se manter a proporcionalidade de votos, previsto nas legislações de recursos hídricos vigentes, apenas os apresentados nos Quadros 18 e 19 possuem direito a voto, nas gestões 2015/2017 e 2017/2019, respectivamente, após processo eleitoral.

1.5. Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ

As Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ foram criadas por meio de deliberações específicas dos plenários dos Comitês PCJ para um determinado fim, e são regidas por normas gerais instituídas pelos plenários e por seus respectivos regimentos internos. Atualmente, os Comitês PCJ contam com 12 Câmaras Técnicas, formadas por equipes colegiadas, de caráter consultivo, podendo ser permanentes ou transitórias, compostas por membros representantes de órgãos ou entidades com ou sem participação nos plenários dos Comitês PCJ formalmente indicados.

No âmbito das Câmaras Técnicas, ainda, há grupos de trabalho ou grupos de acompanhamento que discutem, analisam, acompanham e consolidam diversos projetos e atividades específicas.

Sendo que em 2017, na semana de 05 a 09 de junho, ressaltamos que houveram reuniões de posse de membros das Câmaras Técnicas (exceto da Câmara Técnica de Planejamento) para o mandato de 2017/2019. Cada câmara elegeu sua coordenação, elaborou a agenda de reuniões para o biênio e recompôs seus grupos de trabalho ou acompanhamento.

1.5.1. CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

No âmbito dos Comitês PCJ, foi constituída a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) que deve acompanhar a realização e o desenvolvimento de estudos e atividades por solicitação dos plenários, e manifestar-se sobre questões de caráter institucional, atuando como instância preliminar dos Comitês PCJ. Também tem o objetivo de promover a integração e articulação das ações das demais Câmaras Técnicas, bem como a de consolidar propostas a serem submetidas aos plenários dos Comitês PCJ, oriundas dessas Câmaras Técnicas.

No ano de 2017, a CT-PL realizou cinco reuniões ordinárias e uma reunião conjunta com a Câmara Técnica de Plano de Bacias, em municípios das Bacias PCJ, conforme abaixo:

Data	Reunião	Município
03 de março	65ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
05 de maio	66ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
07 de julho	67ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
01 de setembro	68ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
24 de novembro	69ª Reunião Ordinária e 6ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB	Limeira (SP)

Entres os temas de maior relevância discutidos na CT-PL, estiveram:

- Apreciação da indicação de empreendimentos suplentes do exercício de 2016 para financiamento com recurso oriundo da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, referentes ao exercício de 2017 provenientes do Plano de Aplicação Plurianual PCJ 2017-2020 (PAP-PCJ-2017-2020) ”;

- Análise de recursos sobre o processo de pré-qualificação demanda espontânea (FEHIDRO e Cobranças PCJ 2017);
- Relatório Anual da Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2017, ano-base 2016;
- Apreciação da atualização de valores do PAP –PCJ;
- Critérios e cronograma para indicação de empreendimentos para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro e das Cobranças PCJ, orçamento de 2018;
- Referenda do Parecer Técnico do GT-Empreendimentos sobre Modernização da Refinaria de Paulínia, referente aos termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 58, de 12 de dezembro de 2006;
- Aprovação de novos prazos para que empreendimentos indeferidos no processo de pré-qualificação do exercício de 2017 possam complementar a documentação faltante, a fim de permanecerem no processo de hierarquização de empreendimentos;
- Eleição de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, mandato 2017/2019;
- Indicação do Diretor-presidente e Diretores Técnico e Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ
- Aprovação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária da Fundação Agência das Bacias PCJ para o exercício 2018;
- Encaminhamentos sobre a revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2010 a 2020;
- Regras para pagamento de despesas para participação de membros dos Comitês PCJ, em reuniões internas e externas à sua área de atuação, em território nacional;
- Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, biênio 2017-2019;
- Solicitação do DAAE Rio Claro para parcelamento dos débitos da cobrança estadual paulista em 120 meses;
- Atualização da “Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ”;
- Cronograma e regras para seleção de propostas de Demanda Induzida no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, visando à contratação no âmbito do PAP-PCJ 2017-2020, com recursos da Cobranças PCJ federal pelo uso dos recursos hídricos;
- Aprovação do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 003/ANA/2011, celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

1.5.1.1. Grupo de Trabalho Empreendimentos – GT-EMPREENDIMENTOS

No âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) foi formado o GT-Empreendimentos, que se reúne mensalmente para coordenar e consolidar a análise dos empreendimentos que são encaminhados aos Comitês PCJ, nos termos da Resolução SMA nº 54, de 30/07/2008, da Deliberação CRH nº 87, de 28/10/2008 do estado de São Paulo, e da Deliberação Normativa CERH nº 031/09, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de Minas Gerais.

O GT-Empreendimentos é formado pelos coordenadores e coordenadores adjuntos das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, pelo secretário executivo e secretários executivos adjunto dos Comitês PCJ e por convidados, que são: secretários (as) das Câmaras Técnicas e técnicos da CETESB, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e IGAM (MG), quando se faz necessário.

Os empreendimentos encaminhados para os Comitês PCJ e analisados em 2017 foram:

- ❖ Ampliação de atividade de extração de diabásio, sob responsabilidade da Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda., no município de Jaguariúna
- ❖ Duplicação da Rodovia Wilson Finardi (SP-191) do km 49-700 ao km74-720, sob responsabilidade da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista, nos municípios de Araras e Rio Claro
- ❖ Centro Empresarial Gaia Théia sob responsabilidade da Theia Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, no município de Jarinu;
- ❖ Loteamento Glebas São Quirino sob responsabilidade da PAN Agropecuária Ltda, no município de Campinas.

O Grupo também realizou análise das complementações dos estudos do EIA/RIMA dos empreendimentos “Implantação do Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP 083) – segmento entre a Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) e Rodovia Santos Dumont (SP-075)”; “Implantação de atividade de extração de granito, no município de Itatiba”; “Duplicação da Rodovia Wilson Finardi (SP-191) do km 49-700 ao km74-720” e “Ampliação de atividade de extração de granito, no município de Itupeva”.

1.5.2. CÂMARA TÉCNICA ÁGUA SUBTERRÂNEAS

A Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) foi instituída para promover a coleta, sistematização, armazenamento e divulgação de informações sobre estudos, pesquisas, desenvolvimento tecnológico e trabalhos nas áreas de recursos hídricos subterrâneos, de interesse da região dos Comitês PCJ e a implantação de forma integrada e consensual entre seus membros, de ações emergenciais que visem garantir condições mínimas para a utilização racional das águas subterrâneas, em sua área de atuação.

A CT-AS propõe procedimentos específicos referentes à outorga, à integração de ações de cadastro e fiscalização entre órgãos estaduais, federais, municipais e iniciativa privada e também propõe aos Comitês PCJ ações a serem incluídas no Plano das Bacias PCJ referente às águas subterrâneas.

Em 2017, a CT-AS realizou cinco reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
02 de fevereiro	47ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
06 de abril	48ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
08 de junho	49ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
10 de agosto	50ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
26 de outubro	51ª Reunião Ordinária	Americana (SP)

Entre os temas discutidos pela CT-AS estiveram o planejamento e elaboração do IV Workshop de Águas Subterrâneas; aprovação de Termo de Referência e acompanhamento do

contrato para Plano de Monitoramento Quali-Quantitativo das Águas Subterrâneas nas Bacias PCJ; análise e aprovação de Termo de Referência para contratação de Estudo para identificação de Áreas de Restrição e Controle de Uso das Águas Subterrâneas nos municípios de Capivari e Americana; elaboração do Plano de Trabalho do biênio 2017/2019; avaliação sobre proposta de custeio para capacitação de técnicos em gestão de recursos hídricos e gerenciamento de águas contaminadas.

Além disso, a Câmara Técnica de Água Subterrâneas criou grupo de trabalho chamado GT-Comunicação, para buscar meios para divulgar amplamente as boas práticas para perfuração de poços tubulares e para a utilização das águas subterrâneas nas Bacias PCJ.

1.5.3. CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) foi constituída para a proposição, divulgação, assistência na consolidação, implantação e divulgação da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ nos diversos segmentos da sociedade.

A CT-EA, também, subsidia os Comitês PCJ para a tomada de decisões e na elaboração do Plano de Bacias e do Relatório de Situação dos Comitês PCJ com relação à temática.

No ano de 2017, a CT-EA realizou seis reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
21 de fevereiro	81ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
18 de abril	82ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
06 de junho	83ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
15 de agosto	84ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)
24 de outubro	85ª Reunião Ordinária	Salto (SP)
05 de dezembro	86ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

As principais ações da CT-EA foram a análise das complementações referentes ao empreendimento “Loteamento Residencial Entre Verdes – Fase 1”; definição de contribuições para a consulta online do 8º Fórum Mundial da Água; aprovação de publicação e formulação de estratégia de divulgação do material explicativo sobre a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ; acompanhamento do processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira; elaboração do Plano de Trabalho do biênio 2017/2019; informativo sobre custeio da participação de membros da Sociedade Civil nos Comitês PCJ.

A Câmara técnica de Educação Ambiental também criou grupos de trabalho chamados: GT-Empreendimento, GT-Fórum Mundial da Água, GT-Caderno de Educação Ambiental e GT-Educomunicativo, e fomentou discussões sobre os resultados do Diálogo Interbacias 2017.

1.5.4. CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

A Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) integra

projetos e ações tecnológicas e científicas desenvolvidas no âmbito das diversas entidades, com o objetivo de implantar mecanismos de consulta e acompanhamento de atividades realizadas pela comunidade científica e pelo poder público, assessorando os Comitês PCJ nas questões relativas à tecnologia, aperfeiçoamento de recursos humanos, divulgação e comunicação social.

Em 2017, a CT-ID realizou quatro reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
05 de junho	74ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
16 de agosto	75ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
18 de outubro	76ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
13 de dezembro	77ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

Nessas reuniões, foram discutidos temas no contexto de trabalho da CT-ID, a elaboração do Plano de Trabalho do biênio 2017/2019, avaliação das ações realizadas nos anos passados, e a proposta de integrar ações com a CT-SA sobre controle de perdas de recursos hídricos. Além disso a câmara abriu espaço para realização de palestra sobre “Experiências no incentivo de startups”.

1.5.5. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) foi criada para auxiliar na consolidação, avaliação e acompanhamento da implementação da política para o uso consciente dos recursos hídricos no âmbito industrial.

A CT-Indústria auxilia na divulgação dessa política e nas ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade, além de estudar e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos na indústria. Propõe diretrizes e ações conjuntas para promover a integração entre indústrias e outras Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, a fim de otimizar a criação de projetos e a tomada de decisão na elaboração dos Planos de Bacias e dos Relatórios de Situação dos Comitês PCJ.

No ano de 2017, a CT- Indústria realizou seis reuniões e uma conjunta, como demonstrado a seguir:

Data	Reunião	Município
15 de fevereiro	58ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
19 de abril	59ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
07 de junho	60ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
09 de agosto	61ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
11 de outubro	62ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)

As reuniões da CT-Indústria, no ano de 2017, tiveram foco em ações como o acompanhamento sobre o processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira; discussão

sobre o fornecimento de água de reuso para o setor industrial; acompanhamento do Termo de Referência e contratação do Estudo de Aprofundamento Hidrogeológico para a captação em corpos d'água subterrâneos; elaboração do Plano de Trabalho do biênio 2017/2019.

Visando compartilhar experiências e enriquecer suas discussões, a CT-Indústria abriu espaço para a realização de palestras com os seguintes temas: “Sala de Situação PCJ”; “Estação Produtora de Água de Reuso (EPAR)” e “Ação Ecocuenas nas Bacias PCJ”.

1.5.6. CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) tem como fundamentos a coleta e análise de dados referentes à quantidade e qualidade das águas, depósitos hidrométricos existentes ou que venham a se instalar nas Bacias PCJ, acompanhando estudos, obras e ações relacionadas com a ampliação, modernização e integração da rede de monitoramento hidrológico na área de atuação dos Comitês PCJ.

Uma de suas atribuições é a discussão e proposição de ações aos seus membros visando definir regras operativas, adequações técnicas, execução de obras e implementação de medidas preventivas e corretivas para a operação e manutenção de reservatórios, captação de água e efluentes líquidos, e fornecimento de subsídios com dados de quantidade, qualidade de água e operação de obras hidráulicas, que servirão como base para projetos dos Comitês PCJ.

Em 2017, foram realizadas 12 reuniões pela CT-MH, como segue:

Data	Reunião	Município
31 de janeiro	165ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
24 de fevereiro	166ª Reunião Ordinária	Piracaia (SP)
03 de abril	167ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
03 de maio	168ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
31 de maio	169ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)
09 de junho	170ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
05 de julho	171ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
03 de agosto	172ª Reunião Ordinária	Paulínia (SP)
05 de setembro	173ª Reunião Ordinária	Cordeirópolis (SP)
04 de outubro	174ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
31 de outubro	175ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
05 de dezembro	176ª Reunião Ordinária	Vargem (SP)

As reuniões da CT-MH foram pautadas pela situação dos mananciais do Sistema Cantareira, informações dos usuários e pelas condições hidrometeorológicas conferidas mediante verificações mensais da rede telemétrica, das condições climáticas, perspectivas e tendências, bem como sobre as vazões a serem descarregadas do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ em atendimento as

resoluções ANA/DAEE 925 e 926/2017. Além disso, a câmara abriu espaço para apresentações pela CETESB sobre dados bimestrais de qualidade das Bacias PCJ, e elaborou seu plano de trabalho para 2017-2019.

A CT-MH acompanhou projetos e criou grupos específicos nos seguintes assuntos: operação e a manutenção da rede telemétrica quali-quantitativa nas Bacias PCJ, bem como de implantação de melhorias, a operação e a manutenção da Sala de Situação PCJ; e limpeza da calha do Rio Atibainha.

A câmara técnica criou o GT- Previsão do Tempo, para levantamento de ferramentas aperfeiçoadas e customizadas voltadas para previsão do tempo; abriu espaço para apresentação de palestras com os temas: “A importância do tratamento terciário: uma reflexão para as Bacias PCJ”; “Serviços na Barragem da PCH Jaguari”, realizada pela CPFL; “Tempo de Trânsito nas Bacias PCJ”.

1.5.7. CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

A Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) foi instituída para manifestar sobre propostas ou questões específicas nos seguintes assuntos: reenquadramento de corpos d'água; regulamentação de Áreas de Proteção Ambiental - APAs; questões de uso do solo e planejamento regional; aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos; e conflitos de uso de recursos hídricos.

A CT-OL deve efetuar diagnósticos, análises e proposição de critérios e procedimentos no que se refere a outorgas e licenças, com o objetivo de racionalizar os procedimentos para a emissão, pelos órgãos competentes, de outorga para o uso da água e licenciamento ambiental, integrar os procedimentos dos órgãos competentes na emissão de outorgas e licenças visando agilizar os processos e benefícios aos usuários de recursos hídricos e definir critérios técnicos para constar do Plano das Bacias PCJ.

Na CT-OL, realizaram-se sete reuniões ao longo do ano de 2017:

Data	Reunião	Município
20 de janeiro	65ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)
17 de março	66ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
19 de maio	67ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
05 de junho	68ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
18 de agosto	69ª Reunião Ordinária	Santa Bárbara d'Oeste (SP)
20 de outubro	70ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
01 de novembro	71ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

A atuação da CT-OL se deu no encaminhamento de propostas ao IV Workshop de Águas Subterrâneas; na elaboração do plano de trabalho para o biênio 2017-2019; na avaliação das atividades realizadas nos anos passados; na realização de uma mesa redonda com o tema “As Novas Portarias do DAEE” e no planejamento de etapas de trabalho para elaboração de propostas para a Revisão do Plano de Bacias sobre o enquadramento dos corpos d'água nas Bacias PCJ.

Em seu âmbito, a CT-OL recompôs e acompanhou os trabalhos e resultados dos grupos técnicos de Enquadramento, de Usos Insignificantes e de Mudanças Climáticas.

Além disso, a câmara técnica abriu espaço para apresentações como: "Campanha de regularização de poços cacimbas e tubulares em Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista"; "Programa Município Verde-Azul"; "Ações agrometeorológicas junto ao Comitês PCJ para manejo da água na agricultura"; "Estratégias de Manejo e Conservação da água para irrigação"; "Propostas de mudanças da Portaria 761 e Portaria 2292/2006 de 14/12/2006, reti-ratificada em 19/04/2016"; "Tecnologias para tratamento de esgoto doméstico de comunidades rurais"; "Tecnologia de irrigação e Potencial de Uso de Águas Residuárias na Produção Agrícola"; "Demanda Efetiva das Captações Superficiais outorgadas, com equipamento medidor de volumes, sujeitas às condições da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50/2015".

1.5.8. CÂMARA TÉCNICA DE PLANO DE BACIAS

A Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) foi criada para acompanhar a implementação dos programas e ações de investimentos previstos no Plano de Bacias. Entre seu arcabouço de atividades, encontram-se a discussão de fomento de investimentos voltados ao controle do uso e da ocupação do solo; proposição de critérios para priorização de investimentos; busca de incentivo para os programas de comunicação e sensibilização da importância do Plano de Bacias; e o estabelecimento de instrumentos de integração dos municípios, visando o cumprimento das metas.

A CT-PB ainda é responsável por avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano, analisar e propor a readequação de prioridades e revisão periódica do Plano de Bacias; incentivar a criação de modelo unificado de informações; acompanhar e avaliar a elaboração de Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ; estudar, discutir e promover discussões, avaliar e propor diretrizes, critérios e valores para a revisão e aplicação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos; e propor diretrizes e fomentar ações conjuntas para a integração e otimização de procedimentos entre as instituições vinculadas à gestão dos recursos hídricos e à cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Na CT-PB, foram realizadas sete reuniões ordinárias e uma conjunta ao longo do ano de 2017:

Data	Reunião	Município
22 de fevereiro	69ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
26 de abril	70ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
07 de junho	71ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
31 de agosto	72ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
26 de outubro	73ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
24 de novembro	6ª Reunião Conjunta CT-PL e CT-PB	Limeira (SP)
29 de novembro	74ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

Nesse período, pautaram-se os seguintes assuntos: aprovação do relatório do Plano de Aplicação Plurianual – PAP-PCJ 2013-2016 e atualização de seus valores; realização de palestra

sobre “A importância do Tratamento Terciário – Uma reflexão sobre os benefícios para as bacias PCJ”; apresentação de tese com o tema: “Gestion intégrée des ressources en eau dans les pays fédéraux: les cas suisse et brésilien”; elaboração do plano de trabalho para o biênio 2017-2019.

Sobre os trabalhos da câmara técnica ressalta-se a Revisão do Plano de Bacias 2010-2020, que se deu no acompanhamento e análise de trabalhos realizados de diagnóstico e prognóstico do plano.

Em seu âmbito, a CT-PB recompôs e acompanhou os trabalhos e resultados dos grupos GT- Acompanhamento; GT- Articulação Institucional e GT- Cobrança, que realizaram reuniões conjuntas com a CT-PB para planejamento de atividades em consonância ao plano de trabalho da câmara técnica.

1.5.9. CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

A Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) tem como atribuições as análises e manifestações sobre propostas ou questões específicas que interfiram nos seguintes assuntos: conservação e proteção do solo, desenvolvimento florestal, incluindo matas ciliares, conservação e proteção dos recursos hídricos quanto aos efeitos nocivos da erosão do solo rural e poluição agrícola e proteção de mananciais de abastecimento público.

As dez reuniões realizadas pela CT-RN, em 2017, foram:

Data	Reunião	Município
11 de janeiro	73ª Reunião Ordinária	Holambra (SP)
17 de fevereiro	5ª Reunião Extraordinária	Nova Odessa (SP)
08 de março	74ª Reunião Ordinária	Holambra (SP)
10 de maio	75ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
08 de junho	76ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
12 de julho	77ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
30 de agosto	6ª Reunião Extraordinária	Nova Odessa (SP)
13 de setembro	78ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
20 de outubro	1ª Reunião Conjunta da CT-RN, CT-Rural e GT-Mananciais	Nova Odessa (SP)
08 de novembro	79ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)

Nas reuniões da CT-RN, foram discutidos, entre outros assuntos, a proposta de atualizações da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ; o encaminhamento de propostas ao IV Workshop de Águas Subterrâneas; o fomento e apoio para o desenvolvimento da APRM da Bacia Hidrográfica do Córrego dos Cavalheiros, em Analândia; a apreciação do relatório do II Workshop sobre Áreas Protegidas; a integração dos programas “Município Verde Azul (PMVA)”, “Pagamento por Serviços Ambientais” e “Protocolo Agroecológico” com as atividades dos Comitês PCJ; a elaboração do Plano de Trabalho para o biênio 2017-2019, avaliando as ações realizadas nos anos passados .

A câmara técnica também acompanhou projetos e ações, como: elaboração do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) da Área de Proteção e Recuperação da Bacia Hidrográfica do Bom Jardim (APRM), em Valinhos e Vinhedo; e o contrato de atualização do Plano Diretor para Recomposição Florestal das Bacias PCJ. Como recompôs seus grupos de trabalho denominados: GT-Mananciais, GT-Rede de Áreas Protegidas, GT-PMVA e Legislação Municipal, GT-Mineração e GA-Plano Florestal.

Além disso ocorreram as seguintes apresentações: “Resolução SMA 07/2017 - Critérios e Parâmetros para Compensação Ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenção em APPs no Estado de SP”; “Projeto-Piloto de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA Água no Município de Campinas”; “Mineração e resíduos dessa atividade no âmbito dos Comitês PCJ”; “Iniciativa Oásis - Políticas Públicas de PSA Para Segurança Hídrica”; “Atualizações do Programa Municípios Verde Azul que podem auxiliar na elaboração do PSA”; “Uma visão aplicada da Restauração Florestal/Ambiental”; “Protocolo Agroecológico”; “Criação de Parques Fluviais”; e de artigo científico sobre: “Diagnóstico e a Reabilitação Agroambiental de trecho da Bacia Hidrográfica Rio do Peixe (BH Rio do Peixe)”.

1.5.10. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) foi criada para propor uma política para uso e conservação da água no meio rural para os Comitês PCJ e auxiliar na consolidação, avaliação, acompanhamento e divulgação da implementação dessa Política.

A CT-Rural deve, também, estudar e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural; propor diretrizes e ações conjuntas e promover a integração e a otimização de procedimentos, entre as instituições que atuam no meio rural, visando à preservação, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos; interagir com as outras Câmaras Técnicas, a fim de subsidiar os Comitês PCJ para a tomada de decisões nas Bacias PCJ. No ano de 2017 a CT-Rural realizou onze reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
10 de fevereiro	114ª Reunião Ordinária	Mogi Mirim (SP)
17 de fevereiro	7ª Reunião Extraordinária	Nova Odessa (SP)
24 de março	115ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
07 de abril	116ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
12 de maio	117ª Reunião Ordinária	Holambra (SP)
09 de junho	118ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
28 de julho	119ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
25 de agosto	120ª Reunião Ordinária	São Pedro (SP)
22 de setembro	121ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)
22 de novembro	122ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
14 de dezembro	123ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

A Câmara Técnica realizou atividades, tais como a recomposição do GT-Mananciais em conjunto com a CT-RN; a discussão e aprovação de atualizações da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ; visita a campo do Projeto Nascentes em Holambra e a elaboração do Plano de Trabalho do biênio 2017/2019.

A atuação da CT-Rural também se deu na criação de grupos de trabalho denominados GT-Normas e Gerenciamento, com o objetivo de tratar de assuntos referentes às ferramentas de gestão de recursos hídricos e meio ambiente; e o GT-Boas Práticas Conservacionistas com o intuito de promover práticas que melhorem a quantidade e a qualidade da água no meio rural

Houve também a realização de apresentações sobre os seguintes temas “Adequação Ambiental Rural”; “Tratamento de Esgoto, Produção de Água de Reuso e Compostagem do Lodo para contribuir com a atividade agrícola”; “Uso de nossa Tecnologia de Ozônio na Agricultura , na higienização de alimentos , no tratamento de águas de Poço Artesiano , Chuva e outros”; “ Informações sobre financiamento irrigação na agricultura através de organização financeira”; “ Nova Regulamentação de outorga”; “Plano Mais Leite Mais Renda”; “Oportunidades e Desafios da Produção de Leite Orgânico”; e “Protocolo de Transição Agroecológica”.

1.5.11. CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

A Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) tem como objetivo apoiar os Comitês PCJ nas ações pertinentes às Políticas Estaduais e Federal de Saneamento, em especial, discutir e propor Planos Regionais de Saneamento Ambiental para integrar o Plano de Saneamento e suas atualizações. Também objetiva promover estudos, divulgação e debates a respeito de programas prioritários de ações, serviços e obras a serem realizadas no interesse da coletividade. Pela CT-SA, foram realizadas sete reuniões ordinárias e uma extraordinária, conforme segue:

Data	Reunião	Município
12 de janeiro	76ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
14 de fevereiro	14ª Reunião Extraordinária	Piracicaba (SP)
09 de março	77ª Reunião Ordinária	Santa Bárbara d'Oeste (SP)
11 de maio	78ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
06 de junho	79ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
10 de agosto	80ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
19 de outubro	81ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
07 de novembro	82ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)

A atuação da CT-SA destaca-se com a realização de 37 e 19 análises de pré-qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea – inscritos para obtenção de financiamento com recursos de 2017 e 2018, respectivamente, das Cobranças PCJ e FEHIDRO. Além disso, a Câmara Técnica discutiu com serviços de saneamento a elaboração de estratégias de ação para o combate às perdas de água nas Bacias PCJ.

No âmbito da CT-SA, também foram realizadas as seguintes atividades: recomposição do GT-Água, GT-Esgotos, GT-Drenagem e GT-Resíduos Sólidos; elaboração do plano de trabalho para o biênio 2017/2019 e análise das atividades já realizadas; organização e realização do “I Simpósio da Câmara Técnica de Saneamento: Avanços e Desafios nas Bacias dos Rios PCJ” e do “II Simpósio da Câmara Técnica de Saneamento: Sustentabilidade nas Bacias PCJ – Redução de Perdas de Água e de Impactos nos Recursos Hídricos”.

1.5.12. CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

A Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) foi instituída para colaborar e fomentar a implementação de ações de melhoria e recuperação dos corpos d'água e da água tratada, visando melhorar a saúde ambiental e humana; implementar programas e projetos na área dos Comitês PCJ, em parceria com instituições de ensino e pesquisa; desenvolvimento de novas metodologias e processos aplicados aos estudos dos mananciais e de tratamento de água; e identificar riscos referentes a doenças transmitidas através da água contaminada, entre outros temas relacionados.

Também auxilia na implementação de novas legislações e revisões e na implementação de laboratórios e centros de referências para controle e vigilância da qualidade da água. Ainda nesse contexto, acompanha ações de monitoramento microbiológico nos corpos hídricos na área de atuação dos Comitês PCJ e atua como fórum de discussões para questões globais, subsidiando os Comitês PCJ na tomada de decisões.

Em 2017, a CT-SAM promoveu as seguintes reuniões:

Data	Reunião	Município
28 de março	68ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
02 de maio	69ª Reunião Ordinária	Ipeúna (SP)
09 de junho	70ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
01 de agosto	71ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
10 de outubro	72ª Reunião Ordinária	Santa Gertrudes (SP)
05 de dezembro	73ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)

A Câmara Técnica de Saúde Ambiental recompôs seus grupos de trabalho denominados GT-Cartilha, GT-Plano de Segurança da Água e GT-Indicador de Salubridade Ambiental, como também desenvolveu as seguintes ações: aprovação da cartilha “Cada gota tem – A história da gota”; acompanhamento dos trabalhos e capacitações realizados nos municípios do projeto piloto sobre o Plano de Segurança da Água (PSA); indicação de propostas para o IV Workshop de Águas Subterrâneas; planejamento e organização do Seminário de Saúde Ambiental para 2018.

Em suas reuniões, a CT-SAM realizou apresentações também, quais foram: “Meio Ambiente como dispersor de resistência Fúngica”; Tratamento de Esgoto visando o reúso”; “ Perdas de água no abastecimento público”; “Estudos sobre a utilização de Agrotóxicos na Sub-Bacia do Rio Corumbataí – Tipos e monitoramento. Dr. Regina Teresa Rosim Monteiro”; “Política de preservação e recuperação de Mananciais no Âmbito dos Comitês PCJ”; “Remoção de Flúor em água de abastecimento público”.

1.5.13. AS CÂMARAS TÉCNICAS* EM NÚMEROS:

Tabela 1: Relação de Câmaras Técnicas (CTs), entidades participantes e membros: comparativo entre as gestões 2015/2017 e 2017/2019

Câmaras Técnicas	Entidades		Membros	
	2015-2017		2017-2019*	
CT-AS	29	62	38	83
CT-EA	40	103	42	104
CT-ID	17	33	15	27
CT-INDÚSTRIA	26	56	27	60
CT-MH	32	86	38	97
CT-OL	34	102	38	96
CT-PB	29	67	32	73
CT-RN	38	90	46	107
CT-RURAL	45	92	43	80
CT-SA	25	64	31	89
CT-SAM	23	51	25	59

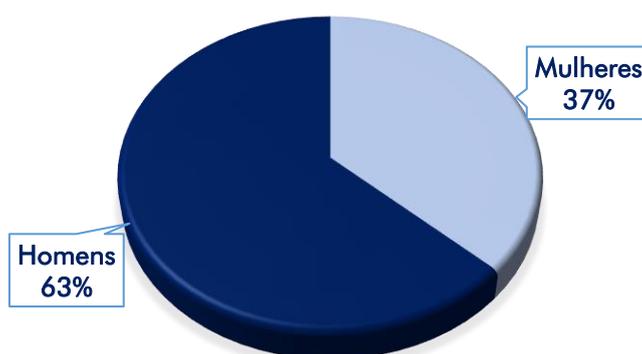
Atualizado com dados de final de 2017.

Tabela 2: Quantidade de membros e entidades participantes nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ

Gestão 2015-2017		Gestão 2017-2019*	
Entidades	Membros	Entidades	Membros
165	614	166	632

Atualizado com dados de final de 2017.

Gráfico 6 – Membros das Câmaras Técnicas por gênero – gestão 2017/2019



*A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), cuja função principal é integrar e articular as ações das demais Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, é formada por entidades e membros eleitos e participantes do Plenário dos Comitês PCJ, sendo que os números de participações em suas reuniões não foram incluídos nas Tabelas 1 e 2, assim como no Gráfico 6.

Ressaltamos que a expressiva participação de entidades, em 2017, ocorreu em função do trabalho desenvolvido pelos Comitês PCJ ao longo de 24 anos de atividades realizadas com credibilidade e respeito. Os Comitês PCJ têm mantido um relacionamento sério com as entidades parceiras, fato que alavancou novas entidades a participarem de seu plenário.